

039827
64442

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Professor Magalhães Neto, nº 1.752, 16º e 17º andares, Edifício Lena Empresarial, Bairro Pituba, CEP 41.810-012, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 18.891.185/0001-37, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora");

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13 – grupo 205, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da presente emissão ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

E, ainda, na qualidade de interveniente garantidora,

CCR S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 5º andar, parte, Vila Olímpia, CEP 04551-065, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.846.056/0001-97, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Interveniente Garantidora" ou "Fiadora" e, em conjunto com Emissora e Agente Fiduciário, "Partes").

Celebram o presente Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Companhia do Metrô da Bahia ("Escritura"), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A emissão das debêntures objeto desta Escritura ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente) e sua oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição ("Oferta"), nos termos da Instrução nº 476 editada pela CVM em 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), serão realizadas com base na proposta de deliberação feita em Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 04 de maio de 2016 ("RCA Emissora"), bem como na subsequente aprovação dos acionistas da Emissora reunidos em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de maio de 2016 ("AGE Emissora"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

1.2. A Fiança (conforme abaixo definido) outorgada pela Interveniente Garantidora por meio desta Escritura foi autorizada em Reunião do Conselho de Administração da Interveniente



Garantidora realizada em 04 de maio de 2016 ("RCA Garantidora"), nos termos do seu estatuto social.

2. DOS REQUISITOS

2.1. A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.1.1.1. As atas da RCA Emissora e AGE Emissora de que trata a Cláusula 1.1 acima serão arquivadas na Junta Comercial do Estado da Bahia ("JUCEB"). A RCA Garantidora será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"). As atas serão publicadas (a) no caso da RCA Emissora e AGE Emissora, no Diário Oficial do Estado da Bahia ("DOEBA") e no Jornal "A Tarde" de Salvador utilizado pela Emissora para suas publicações societárias; e (b) no caso da RCA Garantidora, no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Valor Econômico"; nos termos do artigo 62, inciso I, e do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2. Arquivamento e Registro da Escritura

2.1.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser: (i) protocolados para registro na JUCEB em até 5 (cinco) dias úteis da data de celebração desta Escritura e de qualquer aditamento; e (ii) arquivados na JUCEB, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e seu §3º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo a respectiva Escritura e seus eventuais aditamentos, devidamente arquivados na JUCEB, serem enviados em até 5 (cinco) dias úteis pela Emissora ao Agente Fiduciário.

2.1.2.2. Em virtude da Fiança de que trata a Cláusula 4.9 abaixo, a presente Escritura será: (i) protocolada para registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, bem como na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de assinatura da presente Escritura; e (ii) registrada nos cartórios mencionados no item acima, sendo uma via original da Escritura entregue em até 5 (cinco) dias úteis da data do registro ao Agente Fiduciário. Os eventuais aditamentos à Escritura deverão ser igualmente registrados nos cartórios competentes mencionados neste item.

2.1.3. Registro na CVM

2.1.3.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição. Não obstante, o Banco Itaú BBA S.A., na qualidade de Coordenador Líder da Oferta ("Coordenador Líder"), enviará à CVM: (i) comunicação de início da Oferta, nos termos do artigo 7-A da Instrução CVM 476; e (ii) comunicação de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 8º da Instrução CVM 476.



2.1.4. Registro na CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”)

2.1.4.1. As Debêntures serão depositadas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto nas Cláusulas 3.6.2 e 3.6.7 abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures depositadas eletronicamente na CETIP.

2.1.5. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.1.5.1. A Oferta será registrada na ANBIMA exclusivamente para fins de informar a base de dados, nos termos do Parágrafo 1º, inciso I, e do Parágrafo 2º, ambos do artigo 1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, condicionado a expedição de diretrizes específicas para o cumprimento desta obrigação até a data de encerramento da Oferta.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social realizar a exploração da concessão patrocinada do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas outorgada pelo Estado da Bahia, compreendendo sua implantação, operação e manutenção e todas as atividades necessárias ou convenientes a este fim, incluindo, sem se limitar, a execução de serviços e obras, compra de equipamentos, montagens, adequação, manutenção e operação dos Terminais de Integração de Passageiros, a implantação e gestão do Sistema de Bilhetagem Eletrônica, e os demais atos correlatos ao cumprimento do Contrato de Concessão (conforme definido abaixo) decorrente da Concorrência promovida pelo Governo do Estado da Bahia – Edital nº 01/2013.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Esta é a 3ª (Terceira) emissão pública de debêntures da Emissora.

3.3. Montante da Emissão

3.3.1. O montante total da emissão será de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida).

3.4. Banco Liquidante e Escriturador

3.4.1. O Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no Núcleo Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, será o banco liquidante e o escriturador das Debêntures (“Banco Liquidante” e “Escriturador”).



3.5. Destinação dos Recursos

3.5.1. Os recursos líquidos captados através da Emissão serão destinados aos investimentos relativos às obras de implantação do sistema metroviário dos municípios de Salvador e Lauro de Freitas ("Projeto"), conforme estabelecido no Contrato de Concessão nº 01/2013 de Parceria Público-Privada, celebrado entre a Emissora e o Estado da Bahia, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano ("Poder Concedente"), na data de 15 de outubro de 2013, conforme aditado de tempos em tempos, decorrente da licitação, na modalidade de concorrência, promovida pelo Governo do Estado da Bahia, nos termos do Edital nº 01/2013 ("Contrato de Concessão").

3.6. Colocação e Negociação

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação da totalidade das Debêntures a ser prestada pelo Coordenador Líder, conforme os termos e condições do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública Restrita, Sob o Regime de Garantia Firme, da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, da Companhia do Metrô da Bahia", a ser celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora ("Contrato de Distribuição"). As Debêntures serão depositadas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário nos módulos administrados e operacionalizados pela CETIP.

3.6.2. Para realizar a distribuição das Debêntures, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo 75 (setenta e cinco) investidores profissionais, conforme definição constante do artigo 9º-A da Instrução CVM 539, de 13 de novembro de 2013 ("Instrução CVM 593" e "Investidores Profissionais", respectivamente). As Debêntures deverão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

3.6.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional, conforme o caso, assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM e somente será registrada perante a ANBIMA para fins de informação da base de dados, condicionado a expedição de diretrizes específicas para o cumprimento desta obrigação; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura; e (iii) efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade da Fiança (conforme abaixo definido).

3.6.4. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder na aquisição das Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.6.5. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.



3.6.6. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP e com o plano de distribuição descrito nesta Escritura.

3.6.7. As Debêntures só poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado e não organizado, nos termos da Instrução CVM 476, depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição por investidores qualificados, conforme definição constante do artigo 9º-B da Instrução da CVM 539, observado o cumprimento, pela Emissora, das obrigações do artigo 17 da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão.

4.1.2. Quantidade de Debêntures

4.1.2.1. Serão emitidas 200.000 (duzentas mil) Debêntures.

4.1.3. Número de Séries

4.1.3.1. A Emissão será realizada em série única.

4.1.4. Data de Emissão

4.1.4.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 06 de maio de 2016 ("Data de Emissão").

4.1.5. Prazo e Data de Vencimento

4.1.5.1. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 06 de maio de 2018 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.3.1 abaixo, Resgate Antecipado Facultativo, em conformidade com a Cláusula 5.2.1 abaixo, Resgate Antecipado Obrigatório, em conformidade com a Cláusula 5.2.2 abaixo. Na ocasião do vencimento ou de Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório (conforme definidos abaixo), a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, calculados conforme a Cláusula 4.4.1 abaixo, observado o pagamento dos prêmios previstos nas Cláusulas 5.2.1.3 e 5.2.2.4, no caso do Resgate Antecipado Facultativo e do Resgate Antecipado Obrigatório (conforme definidos abaixo), respectivamente.



4.1.6. Forma e Emissão de Certificados

4.1.6.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

4.1.7. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.1.7.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.1.8. Conversibilidade

4.1.8.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.9. Espécie

4.1.9.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, contando com garantia adicional fidejussória, conforme disposto na Cláusula 4.9 abaixo.

4.2. Subscrição e Integralização

4.2.1. Forma e Preço de Subscrição

4.2.1.1. As Debêntures serão subscritas no mercado primário pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de cada subscrição e integralização, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP ("Preço de Subscrição").

4.2.2. Forma e Preço de Integralização

4.2.3. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição, de acordo com os procedimentos de liquidação aplicáveis à CETIP, por meio do MDA.

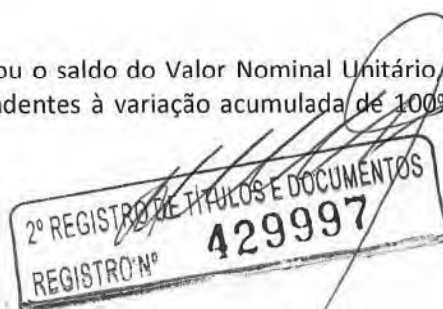
4.3. Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário

4.3.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário.

4.4. Juros Remuneratórios

4.4.1. Juros Remuneratórios

4.4.1.1. Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento)



das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, no informativo diário, disponível em sua página na Internet (www.cetip.com.br) (“Taxa(s) DI”) acrescida de um *spread* ou sobretaxa equivalente a 3,95% (três inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido) (“Juros Remuneratórios”).

4.4.2. Cálculo e Forma de Pagamento dos Juros Remuneratórios

4.4.2.1 Os Juros Remuneratórios serão pagos anualmente, a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 06 de maio de 2017 e o último na Data de Vencimento, ou ainda na data de declaração de um vencimento antecipado das Debêntures, de um eventual Resgate Antecipado Facultativo, conforme previsto na Cláusula 5.2.1 abaixo, de um eventual Resgate Antecipado Obrigatório, conforme previsto na Cláusula 5.2.2 abaixo, na data de eventual resgate antecipado decorrente de adesão dos Debenturistas à Oferta de Resgate, conforme previsto na Cláusula 5.2.3 abaixo, bem como pagamento intermediário por uma eventual Amortização Antecipada Facultativa ou por uma eventual Amortização Antecipada Obrigatória, conforme previsto nas Cláusulas 5.2.1 e 5.2.2.1 abaixo, respectivamente.

4.4.2.2. Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

Onde:

J = valor unitário dos Juros Remuneratórios devidos no fim de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido do *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = (\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread})$$

Onde:

Fator DI = Produtório das Taxas DI, da Data de Emissão ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



7

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

Onde:

k = número de ordens das Taxas DI, variando de 1 (um) até "n";

n = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do Fator DI, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI, de ordem k , divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " d_k " um número inteiro (a Taxa DI é válida por um dia útil);

Fator *Spread* = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

Onde:

Spread = 3,9500 (três inteiros e noventa e cinco centésimos);

DP = número de dias úteis entre a Data de Emissão, ou o último pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, e a data do cálculo, sendo "DP" um número inteiro.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Observações:

(a) O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;



(b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$ sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(c) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e

(d) O fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.4.2.3. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias úteis, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 4.4.2.4, 4.4.2.5 e 4.4.2.6 abaixo.

4.4.2.4. Na ausência de apuração e/ou divulgação por prazo superior a 10 (dez) dias úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial ("Evento de Ausência da Taxa DI"), a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto similar ou que tenha resultado financeiro semelhante determinado judicial ou legalmente para tanto, conforme o caso. No caso de não haver o substituto judicial ou legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados do Evento de Ausência da Taxa DI, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado, observado o disposto na Cláusula 4.4.2.5 abaixo. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

4.4.2.5. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida dentre:

(i) resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu saldo do Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas nesta Escritura para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios; ou



(ii) apresentar o cronograma de amortização da totalidade das Debêntures, o qual não excederá a Data de Vencimento. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta definida a exclusivo critério dos Debenturistas quando da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, conforme esta Cláusula 4.4.2, de acordo com o estabelecido na Cláusula 8 abaixo, sendo que a taxa de remuneração substituta definida na Assembleia Geral de Debenturistas deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época e aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação. Caso a respectiva taxa substituta dos Juros Remuneratórios seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI. Caso a Emissora não aprove a taxa substituta dos Juros Remuneratórios nos termos deste item (ii), aplicar-se-ão os procedimentos previstos no item (i) acima.

4.4.2.6. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, ressalvada a hipótese de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, conforme previsto na Cláusula 4.4.2.4 acima, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até a data da divulgação.

4.4.2.7. Para efeitos de fixação de quórum da presente Emissão, consideram-se "Debêntures em Circulação", para fins de quórum, todas as Debêntures subscritas e integralizadas mas não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas); (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

4.4.2.8. Define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento dos Juros Remuneratórios correspondente ao período em questão (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento, de Resgate Antecipado Facultativo, conforme previsto na Cláusula 5.2.1 abaixo, de Resgate Antecipado Obrigatório, conforme previsto na Cláusula 5.2.2 abaixo, e vencimento antecipado das Debêntures, conforme o caso, nos termos desta Escritura.

4.5. Repactuação Programada

4.5.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.



4.6. Pagamento do Valor Nominal Unitário

4.6.1. O Valor Nominal Unitário será pago integralmente em uma única parcela na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, Resgate Antecipado Facultativo, em conformidade com a Cláusula 5.2.1 abaixo, Resgate Antecipado Obrigatório, em conformidade com a Cláusula 5.2.2 abaixo, e o eventual resgate antecipado decorrente de adesão dos Debenturistas à Oferta de Resgate, conforme previsto na Cláusula 5.2.3 abaixo, observada a incidência de Juros Remuneratórios, nos termos da Cláusula 4. 4.2 acima.

4.7. Condições de Pagamento

4.7.1. Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.7.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem depositadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora ou do Escriturador; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.7.1.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.7.2. Prorrogação dos Prazos

4.7.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se na data de vencimento da respectiva obrigação não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou declarado feriado nacional.

4.7.3. Encargos Moratórios

4.7.3.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").



4.7.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.7.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a Data de Vencimento.

4.8. Publicidade

4.8.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOEBA e no Jornal "A Tarde" de Salvador, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

4.9. Garantia Fidejussória

4.9.1. Para assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora nesta Escritura, a Interviente Garantidora outorga, neste ato, fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável com a Emissora, pelo fiel, pontual e integral pagamento valor total da Emissão, devido nos termos desta Escritura, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, bem como de todas as demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais e extrajudiciais incorridas pelo Agente Fiduciário ou Debenturistas na constituição, formalização, excussão, execução da Fiança (conforme definido abaixo) e/ou para salvaguarda dos direitos dos Debenturistas ("Fiança" e "Obrigações Garantidas", respectivamente).

4.9.2. A Interviente Garantidora declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável, do valor total da dívida da Emissora oriunda das Debêntures desta Emissão, nos termos desta Escritura e em conformidade com o artigo 818 e 822 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil").

4.9.3. O valor da Fiança é limitado ao valor total das Obrigações Garantidas ("Valor Garantido").

4.9.4. O Valor Garantido será pago pela Interviente Garantidora em até 5 (cinco) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Interviente Garantidora constatando a mora da Emissora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário em até 1 (um) dia útil contado da verificação da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido aos Debenturistas na data de pagamento definida na Escritura, independentemente de eventual prazo de cura. O pagamento deverá ser realizado, fora do âmbito da CETIP, e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.



4.9.4. Fica facultado à Interviente Garantidora efetuar pagamento de Obrigação Garantida inadimplida pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário, inclusive, durante eventual prazo de cura estabelecido nesta Escritura, hipótese em que o inadimplemento da Emissora será sanado pela Interviente Garantidora.

4.9.5. Observado o disposto na Cláusula 4.9.4 acima, a Interviente Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 368 (neste caso, especificamente com relação aos Debenturistas), 821, 824, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e dos artigos 130 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme aplicável ("Código de Processo Civil").

4.9.6. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Interviente Garantidora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.9.7. A Interviente Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula 4.9, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Interviente Garantidora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.

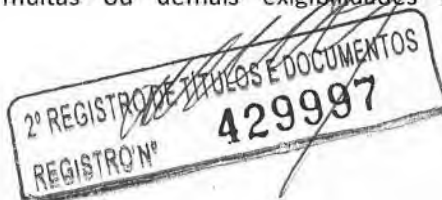
4.9.8. A presente Fiança é irrevogável e irretratável, entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos da presente Escritura.

4.9.9. A Interviente Garantidora declara e garante que: (i) a outorga desta Fiança foi devidamente autorizada por seus respectivos órgãos societários competentes; e (ii) todas as autorizações necessárias para a outorga desta Fiança foram obtidas e se encontram em pleno vigor.

4.9.10. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e a Interviente Garantidora.

4.9.11. Fica desde já certo e ajustado que o inadimplemento de obrigação pela Emissora, no prazo estipulado nesta Escritura, não configura em nenhuma hipótese inadimplemento pela Interviente Garantidora das obrigações por ela assumidas nos termos da Escritura.

4.9.12. Todos e quaisquer pagamentos realizados pela Interviente Garantidora em relação à Fiança serão efetuados da forma necessária a garantir que os Debenturistas recebam uma quantia equivalente ao valor que teriam recebido caso o pagamento tivesse sido realizado pela Emissora, inclusive no que tange a deduções, recolhimentos ou pagamentos de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais aplicáveis de responsabilidade da Emissora.



4.9.13. A Fiança poderá ser excutada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação das Obrigações Garantidas.

4.9.14. A Fiança permanecerá válida e plenamente eficaz em caso de aditamentos, alterações e quaisquer outras modificações nesta Escritura e nos demais documentos da Oferta.

5. AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA OBRIGATÓRIA, RESGATE ANTECIPADO OBRIGATÓRIO, OFERTA DE RESGATE E VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Aquisição Antecipada Facultativa

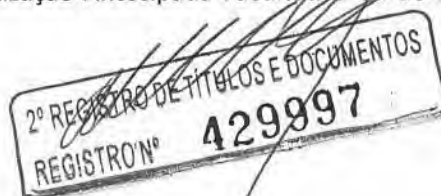
5.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser: (i) canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula 5.1.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos Juros Remuneratórios das demais Debêntures.

5.2. Amortização Antecipada Facultativa, Resgate Antecipado Facultativo, Amortização Antecipada Obrigatória, Resgate Antecipado Obrigatório e Oferta de Resgate

5.2.1. Amortização Antecipada Facultativa e Resgate Antecipado Facultativo. A Emissora poderá realizar, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério: (i) a amortização antecipada facultativa, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário, que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures ("Amortização Antecipada Facultativa"); ou (ii) o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"). Não haverá o resgate antecipado parcial das Debêntures.

5.2.1.1. A Amortização Antecipada Facultativa e o Resgate Antecipado Facultativo deverão ocorrer mediante envio de comunicado individual aos Debenturistas com cópia ao Agente Fiduciário ou publicação de comunicado aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.8.1 acima, a critério da Emissora, em ambos os casos com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, informando: (i) a data estimada para a realização do pagamento da Amortização Antecipada Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo, conforme o caso; (ii) o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures que serão amortizadas, na hipótese de Amortização Antecipada Facultativa; (iii) o valor do prêmio a ser pago; e (iii) qualquer outra informação relevante aos Debenturistas. A confirmação da data efetiva da Amortização Antecipada Facultativa ou do Resgate Antecipado Total, conforme o caso, será comunicada ao Agente Fiduciário conforme correspondência referida na Cláusula 5.2.1.2 abaixo.

5.2.1.2. A Emissora deverá comunicar a CETIP, por meio de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário, da realização da Amortização Antecipada Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo, conforme o caso, com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento da Amortização Antecipada Facultativa ou do Resgate Antecipado



Facultativo, conforme o caso. O pagamento das Debêntures amortizadas ou resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures depositadas eletronicamente na CETIP e, nas demais hipóteses, por meio do Banco Liquidante e Escriturador.

5.2.1.3. O valor da Amortização Antecipada Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo devido pela Emissora será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário ou seu percentual, a ser amortizado ou resgatado, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios devido e ainda não pago e dos Encargos Moratórios, se for o caso, desde a Data de Emissão ou data do último pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, até a data da efetiva amortização ou do efetivo resgate, acrescido de prêmio incidente sobre o valor do Resgate Antecipado Facultativo, calculado da seguinte forma:

Período Contado da Data de Emissão	Prêmio de Resgate
Entre a Data de emissão (inclusive) e 06 de maio de 2017 (inclusive)	1,30% flat
Entre 07 de maio de 2017 (inclusive) e 06 de novembro de 2017 (inclusive)	1,00% flat
Entre 07 de novembro de 2017 (inclusive) e 05 de maio de 2018 (inclusive)	0,50% flat

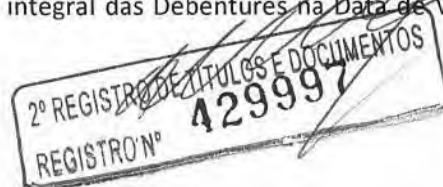
5.2.1.4. O pagamento da Amortização Antecipada Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo deverá ser realizado na data indicada na correspondência referida na Cláusula 5.2.1.2, e deverá abranger proporcionalmente todas as Debêntures, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures depositadas eletronicamente na CETIP.

5.2.1.5. No caso de Amortização Antecipada Facultativa, o Valor Nominal Unitário será ajustado (reduzido) de maneira que os Juros Remuneratórios possam incidir sobre o saldo do Valor Nominal Unitário desde a data do pagamento da respectiva Amortização Antecipada Facultativa.

5.2.1.6. Em caso de Resgate Antecipado Facultativo, as Debêntures objeto de resgate deverão ser canceladas.

5.2.2. Amortização Antecipada Obrigatória e Resgate Antecipado Obrigatório. A Emissora deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Obrigatório"), no prazo de até 2 (dois) dias úteis do primeiro recebimento de qualquer recurso decorrente de qualquer financiamento ou captação no mercado de capitais, com prazo superior a 2 (dois) anos para suportar os investimentos do Projeto, independentemente da forma de captação, incluindo emissão de debêntures ("Financiamento"). Não haverá o resgate antecipado parcial das Debêntures.

5.2.2.1. Caso o valor do primeiro recebimento no âmbito do Financiamento não seja igual ou superior ao Valor do Resgate Antecipado Obrigatório (conforme definido abaixo), a Emissora deverá, observado o prazo estabelecido na Cláusula 5.2.2 acima, utilizar a totalidade do valor do primeiro recebimento no âmbito do Financiamento para realizar a amortização antecipada obrigatória das Debêntures, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures ("Amortização Antecipada Obrigatória"), e a medida em que novos desembolsos sejam feitos no âmbito do Financiamento, a Emissora realizará, em até 2 (dois) dias úteis de cada desembolso: (i) o Resgate Antecipado Obrigatório ou o pagamento integral das Debêntures na Data de Vencimento, o que



ocorrer primeiro, caso o(s) desembolso(s) do Financiamento subsequente(s) ao primeiro for(em) suficiente(s) para saldar o Valor do Resgate Antecipado Obrigatório (conforme definido abaixo); ou (ii) a Amortização Antecipada Obrigatória sucessivamente, quantas vezes forem necessárias até que se atinja o Valor do Resgate Antecipado Obrigatório (conforme definido abaixo), caso o(s) desembolso(s) do Financiamento subsequente(s) ao primeiro for(em) insuficiente(s) para saldar o Valor do Resgate Antecipado Obrigatório (conforme definido abaixo).

5.2.2.2. O Resgate Antecipado Obrigatório ou a Amortização Antecipada Obrigatória, conforme o caso, deverão ocorrer mediante envio de comunicado individual aos Debenturistas com cópia ao Agente Fiduciário ou publicação de comunicado aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.8.1 acima, a critério da Emissora, em ambos os casos com no mínimo 3 (três) dias de antecedência, informando: (i) a data para realização do pagamento do Resgate Antecipado Obrigatório ou do Resgate Antecipado Obrigatório, conforme o caso; (ii) o valor do prêmio a ser pago; (iii) o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures que serão amortizadas, na hipótese de Amortização Antecipada Obrigatória; e (iv) qualquer outra informação relevante aos Debenturistas.

5.2.2.3. A Emissora deverá comunicar a CETIP, por meio de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário, a realização do Resgate Antecipado Obrigatório ou da Amortização Antecipada Obrigatória, conforme o caso, com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento do Resgate Antecipado Obrigatório ou da Amortização Antecipada Obrigatória, conforme o caso. O pagamento das Debêntures amortizadas ou resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures depositadas eletronicamente na CETIP e, nas demais hipóteses, por meio do Banco Liquidante e Escriturador.

5.2.2.4. O valor do Resgate Antecipado Obrigatório e de qualquer Amortização Antecipada Obrigatória, se necessário, devido pela Emissora será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário ou seu percentual, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios devido e ainda não pago e dos Encargos Moratórios, se for o caso, desde a Data de Emissão ou data do último pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, acrescido de prêmio incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado Obrigatório ("Valor do Resgate Antecipado Obrigatório"), calculado da seguinte forma:

Período Contado da Data de Emissão	Prêmio de Resgate
Entre a Data de emissão (inclusive) e 06 de maio de 2017 (inclusive)	1,30% flat
Entre 07 de maio de 2017 (inclusive) e 06 de novembro de 2017 (inclusive)	1,00% flat
Entre 07 de novembro de 2017 (inclusive) e 05 de maio de 2018 (inclusive)	0,50% flat

5.2.2.5. Em caso de Resgate Antecipado Obrigatório, as Debêntures objeto de resgate deverão ser canceladas.

5.2.2.6. No caso de Amortização Antecipada Obrigatória, o Valor Nominal Unitário será ajustado (reduzido) de maneira que os Juros Remuneratórios possam incidir sobre o saldo do Valor Nominal Unitário desde a data do pagamento da respectiva Amortização Antecipada Obrigatória.



5.2.3. Oferta de Resgate. A Emissora poderá realizar, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas sem distinção, sendo assegurada a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de sua titularidade ("Oferta de Resgate").

5.2.3.1. A Emissora realizará a Oferta de Resgate por meio de comunicado individual aos Debenturistas com cópia ao Agente Fiduciário ou publicação de comunicado aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.8.1 acima, a critério da Emissora ("Edital de Oferta de Resgate"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate, incluindo: (i) se o resgate será total ou parcial, observadas, nesta hipótese, as regras previstas na Cláusula 5.2.3.4 abaixo; (ii) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iii) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (iv) a forma e o prazo de manifestação à Emissora dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate; (v) menção do valor a ser pago aos Debenturistas pelo resgate decorrente da Oferta de Resgate, nos termos da Cláusula 5.2.3.5 abaixo; e (vi) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures em decorrência da Oferta de Resgate.

5.2.3.2. Após a publicação do Edital de Oferta de Resgate, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate deverão se manifestar nesse sentido à Emissora até o encerramento do prazo estabelecido no Edital de Oferta de Resgate, após o qual a Emissora terá o prazo de 7 (sete) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate, que ocorrerá em uma única data, pelo valor determinado nos termos da Cláusula 5.2.3.5 abaixo.

5.2.3.3. A Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate à aceitação desta por um percentual mínimo de Debêntures, a ser definido pela Emissora e por ela divulgado no Edital de Oferta de Resgate.

5.2.3.4. Na hipótese de resgate parcial das Debêntures em virtude de eventual Oferta de Resgate, caso se verifique a adesão por um volume maior do que aquele que houver sido divulgado no Edital de Oferta de Resgate, deverá ser realizado procedimento de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, conforme previsto no artigo 55, § 2º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP, sendo certo que o Agente Fiduciário deverá comunicar os Debenturistas sobre o resultado do sorteio com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da efetiva data do resgate decorrente da Oferta de Resgate.

5.2.3.5. O valor a ser pago aos Debenturistas em razão do resgate antecipado decorrente da Oferta de Resgate será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios devido e ainda não pago e dos Encargos Moratórios, se for o caso, desde a Data de Emissão ou data do último pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, até a data do efetivo resgate decorrente da Oferta de Resgate, acrescido de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, prêmio de resgate esse que não poderá ser negativo.



5.3. Vencimento Antecipado

5.3.1. Hipóteses de vencimento antecipado

O Agente Fiduciário deverá, observado o disposto nas Cláusulas 5.3.1.1 e 5.3.1.2 abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento de juros até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

- (a) não pagamento pela Emissora, na respectiva data de vencimento, das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, não sanado pela Emissora ou pela Interveniente Garantidora, por período superior a 2 (dois) dias úteis contado da data do respectivo vencimento;
- (b) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (c) revelarem-se incorretas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora ou pela Interveniente Garantidora no âmbito da Oferta;
- (d) provarem-se falsas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora ou pela Interveniente Garantidora no âmbito da Oferta;
- (e) não pagamento na data de vencimento, observado o prazo de cura aplicável, de qualquer obrigação financeira da Emissora ou da Interveniente Garantidora, em montante unitário ou agregado superior a: (i) R\$26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais), no caso da Emissora; e (ii) R\$85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais), no caso da Interveniente Garantidora, ou, em ambos os casos, o seu equivalente em outras moedas, (sendo que ambos os valores previstos nos itens (i) e (ii) acima deverão ser atualizados mensalmente pelo Índice Geral de Preços-Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M") a partir da Data de Emissão, obrigação financeira essa decorrente de captação de recursos realizada pela Emissora e/ou pela Interveniente Garantidora, conforme aplicável, no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior, salvo se a Emissora ou a Interveniente Garantidora comprovar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do não pagamento, ou até o final do período de cura aplicável (se o período for superior ao referido prazo de 5 (cinco) dias úteis), que referido não pagamento: (i) foi sanado, ou (ii) teve seus efeitos suspensos por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;
- (f) descumprimento, pela Emissora ou pela Interveniente Garantidora, de sentença arbitral definitiva ou decisão judicial transitada em julgado, proferida contra a Emissora ou contra a Interveniente Garantidora, que condene a Emissora ou a Interveniente Garantidora ao pagamento de valor, individual ou agregado, superior a: (i) R\$26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais), no caso da Emissora; e (ii) R\$85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais), no caso da Interveniente Garantidora, ou o equivalente em outras moedas, sendo estes valores previstos nos itens (i) e (ii) acima atualizados mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, exceto se no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data fixada para pagamento os efeitos de tal



sentença e/ou decisão forem suspensos por meio de medida judicial ou arbitral cabível e enquanto assim permanecerem;

(g) protesto legítimo de títulos contra a Emissora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais) ou contra a Interviente Garantidora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, estes valores previstos nos itens (i) e (ii) acima atualizados mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, exceto se: (i) no prazo máximo de até 15 (quinze) dias contados da data da intimação do protesto, a Emissora ou a Interviente Garantidora comprovar que referido protesto foi indevidamente efetuado, decorreu de erro ou má-fé de terceiros, ou foi sustado ou cancelado; ou (ii) a Emissora ou a Interviente Garantidora prestar garantias em juízo, as quais deverão ser aceitas pelo Poder Judiciário;

(h) ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora que resulte na perda, pela Interviente Garantidora, do controle acionário da Emissora, sem prévia e expressa aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, manifestada em assembleia especialmente convocada para este fim. Entende-se por "controle" o conceito decorrente do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;

(i) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial pela Emissora ou pela Interviente Garantidora, de autofalência ou pedido de falência não elidido ou contestado no prazo legal;

(j) decretação de falência, liquidação, dissolução ou extinção da Emissora ou da Interviente Garantidora;

(k) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(l) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, que restrinja as atividades atualmente por ela praticadas;

(m) pagamento de dividendos pela Emissora e/ou de juros sobre capital próprio, caso a Emissora esteja inadimplente nos pagamentos do Valor Nominal Unitário e/ou Juros Remuneratórios nos termos desta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios;

(n) opinião desfavorável, a critério dos Debenturistas, emitida pelo Engenheiro Independente (conforme definido abaixo) no Relatório Inicial (conforme definido abaixo) acerca da: (i) inviabilidade do cumprimento do Projeto dentro do Cronograma de Implantação de Referência (conforme definido abaixo) e do Orçamento de Referência (conforme definido abaixo) ali contidos; e/ou (ii) não aderência do Cronograma de Implantação de Referência (conforme definido abaixo) com o cronograma de marcos operacionais estabelecidos no Termo Aditivo nº 2 do Contrato de Concessão, celebrado em 17 de dezembro de 2015 ("Marcos Operacionais"). Em até 1 (um) dia útil da data da opinião desfavorável do Engenheiro Independente, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), convocando



inclusive a Emissora, que deverá ser realizada em um prazo não inferior a 10 (dez) dias úteis da data da notificação à Emissora mencionada acima, ocasião em que: (i) a Emissora apresentará os argumentos quanto aos fatos indicados pelo Engenheiro Independente em sua opinião desfavorável; e (ii) os Debenturistas decidirão sobre a concessão de renúncia/perdão (*waiver*) ou a decretação do vencimento antecipado das Debêntures;

(o) ocorrência de atraso superior a 7 (sete) meses no cumprimento de qualquer um dos Marcos Operacionais ou, ainda, indicação de potencial atraso superior a: (i) 7 (sete) meses no cumprimento de qualquer um dos Marcos Operacionais; ou (ii) 6 (seis) meses na conclusão integral do Projeto (assim entendida como a conclusão de todos os Marcos Operacionais), conforme apontado em Relatório Trimestral (conforme definido abaixo) elaborado pelo Engenheiro Independente (conforme definido abaixo). Em até 1 (um) dia útil da data da opinião desfavorável do Engenheiro Independente, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), convocando inclusive a Emissora, que deverá ser realizada em um prazo não inferior a 10 (dez) dias úteis da data da notificação à Emissora mencionada acima, ocasião em que: (i) a Emissora apresentará os argumentos quanto aos fatos indicados pelo Engenheiro Independente em sua opinião desfavorável; e (ii) os Debenturistas decidirão sobre a concessão de renúncia/perdão (*waiver*) ou a decretação do vencimento antecipado das Debêntures;

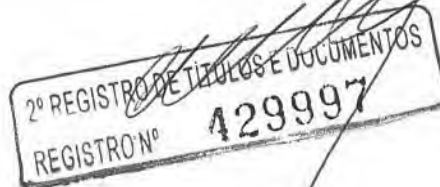
(p) ocorrência ou indicação de potencial sobrecusto superior a 30% (trinta por cento) sobre o Orçamento de Referência (conforme definido abaixo) dos investimentos de implantação do Projeto, a ser apontado em Relatório Trimestral (conforme definido abaixo) elaborado pelo Engenheiro Independente (conforme definido abaixo). Em até 1 (um) dia útil da data da opinião desfavorável do Engenheiro Independente, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), convocando inclusive a Emissora, que deverá ser realizada em um prazo não inferior a 10 (dez) dias úteis da data da notificação à Emissora mencionada acima, ocasião em que: (i) a Emissora apresentará os argumentos quanto aos fatos indicados pelo Engenheiro Independente em sua opinião desfavorável; e (ii) os Debenturistas decidirão sobre a concessão de renúncia/perdão (*waiver*) ou a decretação do vencimento antecipado das Debêntures;

(q) término antecipado do Contrato de Concessão, seja por encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da Emissora;

(r) intervenção na Concessão, nos termos dos artigos 32 e seguintes da Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, por período superior a 90 (noventa) dias, ressalvada a hipótese em que a Emissora suspenda os efeitos da referida intervenção, por meio de medida judicial e/ou arbitral;

(s) redução do capital social da Emissora sem que haja prévia anuência dos Debenturistas de representando ao menos maioria simples das Debêntures em Circulação, manifestada em assembleia especialmente convocada para esse fim;

(t) se a Fiança prestada pela Interveniente Garantidora: (i) for objeto de questionamento legítimo pela Emissora ou pela Interveniente Garantidora; (ii) for anulada, considerada nula, ou inválida; ou (iii) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindida; desde que, exclusivamente



nas hipóteses (ii) e (iii), tal evento não seja sanado ou a fiança seja substituída por garantia bancária de banco de primeira linha, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do evento;

(u) questionamento judicial, pela Emissora ou pela Interviente Garantidora, da validade, eficácia e exequibilidade desta Escritura de Emissão;

(v) extinção, liquidação, dissolução, pedido de autofalência ou decretação de falência de qualquer controlada da Interviente Garantidora, que represente, individualmente ou de forma agregada, 20% (vinte por cento) ou mais do faturamento consolidado anual no exercício social imediatamente anterior à data em que tal fato tenha ocorrido;

(w) alienação da totalidade ou parte substancial dos ativos ou propriedades da Interviente Garantidora, para terceiros, definindo-se como parte substancial ativo(s) que representem 33% (trinta e três por cento) ou mais, de forma individual ou agregada, do faturamento consolidado anual da Interviente Garantidora no exercício imediatamente anterior à data da alienação, exceto se os recursos oriundos da alienação forem reinvestidos pela Interviente Garantidora;

(x) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 3.5 acima;

(y) invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura;

(z) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora ou pela Interviente Garantidora, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura;

(aa) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora;

(bb) desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda, pela Emissora, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta de parte substancial de seus ativos, exceto se os efeitos forem suspensos por medida judicial e/ou arbitral no prazo de 60 (sessenta) dias;

(cc) a inobservância da Legislação Socioambiental (conforme definido abaixo), no que for aplicável ao exercício de suas atividades, cujo descumprimento possa afetar negativamente a capacidade operacional, reputacional ou financeira da Emissora, ressalvadas as determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais contra as quais a Emissora contestar de boa-fé a aplicabilidade; e

(dd) distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela Interviente Garantidora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação "Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da Interviente Garantidora" seja superior a 4 (quatro) vezes ("Índice Financeiro"), exceto se a Emissora optar por contratar e apresentar previamente ao Agente Fiduciário, carta(s) de fiança bancária no valor



correspondente à dívida representada pelas Debêntures em Circulação, emitida por uma Instituição Financeira Autorizada (conforme definição abaixo) ("Cartas de Fiança"). As Cartas de Fiança emitidas nos termos desta cláusula deverão vigorar pelo prazo de um ano e deverão ser devolvidas imediatamente pelo Agente Fiduciário à Emissora, e revogadas pela Instituição Financeira Autorizada respectiva, mediante: (a) o restabelecimento do Índice Financeiro pela Interviente Garantidora em qualquer período de apuração; ou (b) ao final do prazo de 1 (um) ano, o que ocorrer primeiro.

Fica certo e ajustado que, enquanto o Agente Fiduciário detiver as Cartas de Fiança em pleno vigor, a Interviente Garantidora poderá livremente distribuir dividendos e/ou pagar juros sobre capital próprio nos termos deste item, sem a necessidade da Emissora de contratar e apresentar Cartas de Fiança adicionais. A contratação e apresentação de Cartas de Fiança pela Emissora constituem uma faculdade à Emissora para que a Interviente Garantidora efetue distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dos juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da Interviente Garantidora esteja superior ao Índice Financeiro. Em nenhuma hipótese o não atendimento do limite correspondente ao Índice Financeiro ou a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento fará com que a Emissora esteja obrigada a contratar e apresentar carta de fiança de qualquer valor.

Para os fins deste item entende-se por:

"Dívida Líquida": a somatória dos valores correspondentes a: (i) empréstimos bancários de curto prazo; (ii) debêntures no curto prazo; (iii) empréstimos bancários de longo prazo; (iv) debêntures no longo prazo e, ainda, (v) empréstimos de longo prazo concedidos por empresas coligadas, acionistas ou administradores, menos disponibilidades, caixa e títulos de valores mobiliários.

"EBITDA Ajustado": para qualquer período, o somatório dos resultados antes do resultado financeiro e dos tributos da Interviente Garantidora acrescido de todos os valores atribuíveis e sem duplicidade: (a) da depreciação e amortização, incluindo a amortização do direito da concessão; (b) provisão de manutenção; e (c) apropriação de despesas antecipadas, sendo certo que o EBITDA Ajustado deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses.

"Dívida Líquida/EBITDA Ajustado": a divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado; e

O quociente Dívida Líquida/EBITDA Ajustado será verificado semestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Interviente Garantidora auditadas e publicadas nos prazos legais aplicáveis. Na hipótese da ocorrência de alterações nas normas ou práticas contábeis que impactem a forma e/ou o resultado da apuração da relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da Interviente Garantidora, a Emissora deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas para que seja definida nova metodologia de apuração desta relação de modo a refletir a metodologia de apuração em vigor na Data de Emissão.

"Instituição Financeira Autorizada": significa o Itaú Unibanco S.A., o Banco Bradesco S.A., o Banco do Brasil S.A., o Banco Santander (Brasil) S.A. ou a Caixa Econômica Federal.



5.3.1.1. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (a), (e), (h), (i), (j), (k), (m), (q), (s), (t), (u), (y), (z), (aa), (dd) acima, e que não sejam sanados nos respectivos prazos de cura, quando estabelecidos, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Neste caso, o Agente Fiduciário, assim que ciente, deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir, nos termos da Cláusula 5.3.2 abaixo, o pagamento do que for devido, independente de qualquer consulta aos Debenturistas.

5.3.1.2. Na ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento não mencionados na Cláusula 5.3.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do referido evento, ou do fim do período de cura, conforme o caso, uma Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida Assembleia Geral de Debenturistas por Debenturistas representantes de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

5.3.2. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada à Emissora e à Interveniente Garantidora, com cópia à CETIP, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, em até 2 (dois) dias úteis quando do recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário, sendo certo que a partir da declaração de vencimento antecipado, os Debenturistas poderão desde logo adotar todas as medidas necessárias para a satisfação do seu crédito. Caso a Emissora não proceda ao pagamento das Debêntures na forma estipulada nesta Cláusula, além dos Juros Remuneratórios devidos serão acrescidos ao saldo do Valor Nominal Unitário os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

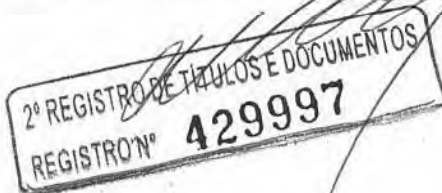
5.3.3. No caso de um dos Eventos de Inadimplemento mencionados nesta Cláusula 5.3 vir a ocorrer, além da comunicação de que trata a Cláusula 5.3.2 acima, no que diz respeito às Debêntures custodiadas na CETIP, para que a realização do pagamento ali referido ocorra por meio da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA INTERVENIENTE GARANTIDORA

6.1. A Emissora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente se obriga a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

(a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social: (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (ii) declaração assinada por representante legal com poderes para tanto atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes desta Escritura;



(b) informações sobre a falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária decorrente desta Emissão e sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de suas atividades, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data em que a Emissora tomar conhecimento, e sobre a ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nesta Escritura, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data em que a Emissora ou a Interviente Garantidora, conforme o caso, tomarem conhecimento do fato, devendo ainda a Emissora ou a Interviente Garantidora, conforme o caso, fornecerem ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias úteis, as informações adicionais que este possa solicitar sobre a falta de cumprimento em causa, incluindo quanto a medidas tomadas ou a tomar pela Emissora ou pela Interviente Garantidora com o fim de sanar a falta de cumprimento em questão; e

(c) organograma societário da Emissora, acompanhado dos dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser razoavelmente solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma de grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas e integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.

(ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pela regulamentação da CVM;

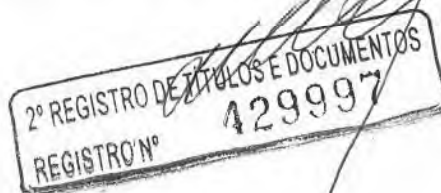
(iii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:

(a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;

(b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor registrado na CVM;

(c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;

(d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;



- (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
- (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM.
- (iv) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (iii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo solicitado; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009;
- (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (vi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 abaixo, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (vii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (xi) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures depositadas eletronicamente na CETIP;
- (xii) arcar com todos os custos decorrentes: (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) das despesas com a contratação e atuação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriurador;
- (xiii) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;



(xiv) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável, exceto com relação àquelas que fazem referência a uma data específica em que são prestadas, bem como notificar o Agente Fiduciário e os Debenturistas no dia útil subsequente, caso quaisquer das referidas declarações tornarem-se ou revelarem-se inverídicas ou incorretas;

(xv) protocolar para registro a presente Escritura nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, bem como na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em até 5 (cinco) dias úteis da data de celebração desta Escritura e registrar a presente Escritura, sendo uma via original da Escritura devidamente registrada entregue em até 5 (cinco) dias úteis ao Agente Fiduciário;

(xvi) elaborar em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil demonstrações financeiras de encerramento de exercício, com o objetivo de: (i) representar corretamente a sua posição patrimonial e financeira; e (ii) refletir corretamente os seus ativos, passivos e contingências;

(xvii) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas, inclusive as constantes da Legislação Socioambiental (conforme definido abaixo), e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais, no que for aplicável ao exercício de suas atividades, cujo descumprimento possa afetar negativamente a capacidade operacional, reputacional ou financeira da Emissora, ressalvadas as determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais contra as quais a Emissora contestar de boa-fé a aplicabilidade;

(xviii) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações, inclusive as de natureza social e/ou ambiental, necessárias para a condução de seus negócios;

(xix) manter sempre válidas e em pleno vigor todas as autorizações necessárias a assinatura desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;

(xx) comunicar aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, por escrito, em até 5 (cinco) dias da data em que vier a tomar ciência, a ocorrência de quaisquer das seguintes hipóteses relacionadas: (i) descumprimento da Legislação Socioambiental (conforme definido abaixo) e/ou ocorrência de dano ambiental; e/ou (ii) instauração e/ou existência de processo administrativo ou judicial relacionado a descumprimento da Legislação Socioambiental (conforme definido abaixo), em quaisquer dos casos (i) e (ii) acima desde que possa afetar negativamente a capacidade operacional, reputacional e/ou financeira da Emissora;

(xxi) contratar e manter contratado um engenheiro independente dentre as seguintes empresas: Infra7 Engenharia, Promon Engenharia, Ductor Implantação de Projetos ou Hatch Engenharia, ou outro escolhido de comum acordo entre a Emissora e os Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas ("Engenheiro Independente"), que



atuará em nome dos Debenturistas e cujo escopo compreenderá duas fases, da seguinte forma: (a) emissão de relatório inicial, em até 30 (trinta) dias contados da Data de Emissão, contendo ("Relatório Inicial") (a.i) revisão crítica sobre o orçamento de implantação do Projeto planejado pela Emissora ("Orçamento de Referência") e emissão de opinião sobre a sua viabilidade; (a.ii) revisão crítica sobre o cronograma de implantação do Projeto planejado pela Emissora ("Cronograma de Implantação de Referência") e emissão de opinião sobre a sua viabilidade; e (a.iii) verificação da consistência e aderência do cronograma de implantação do Projeto (realizado e a realizar) com os Marcos Operacionais; e (b) emissão de relatórios trimestrais, nos dias 15 (quinze) dos meses de agosto, novembro, fevereiro e maio após a Data de Emissão e assim subsequentemente até 15 de fevereiro de 2018, contendo ("Relatórios Trimestrais") (b.i) descrição do avanço físico-financeiro de implantação do Projeto, contendo uma comparação com o Cronograma de Implantação de Referência; (b.ii) confirmação de: (i) cumprimento (ou não cumprimento) dos Marcos Operacionais; e (ii) realização dos aportes públicos conforme Cronograma de Implantação de Referência; e (b.iii) emissão de opinião quanto à viabilidade de cumprimento integral de todos os Marcos Operacionais dentro do cronograma e dentro do Orçamento de Referência. Caso julgue não ser possível o cumprimento dos Marcos Operacionais e/ou do Orçamento de Referência, o Engenheiro Independente deverá emitir opinião em relação aos desvios esperados (em termos de meses de atraso quanto ao cumprimento dos Marcos Operacionais e/ou do valor do sobrecusto quanto ao Orçamento de Referência); e

(xxii) quando do descumprimento de qualquer obrigação da Emissora, nos termos da presente Escritura, que possa ocasionar a execução de garantias ou a assunção do controle pelos Debenturistas, se aplicável, solicitar ao Agente Fiduciário que comunique o Poder Concedente, em observância ao disposto no item (xx) da Cláusula 7.4 abaixo, devendo a Emissora nesta ocasião informar ao Agente Fiduciário os dados de contato do destinatário do Poder Concedente apto a receber tal comunicação.

6.2. A Interviente Garantidora se obriga a fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

(i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas do relatório da administração e de parecer dos auditores independentes, bem como de declaração dos representantes da Interviente Garantidora atestando o cumprimento de todas as obrigações decorrentes desta Escritura;

(ii) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre social, cópia de suas informações trimestrais completas relativas ao respectivo trimestre social encerrado acompanhadas do relatório de administração e de parecer dos auditores independentes;

(iii) informações sobre a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento causado pela Interviente Garantidora ou pela Emissora, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data em que a Interviente Garantidora tomar conhecimento do fato, devendo ainda a Interviente Garantidora fornecer ao Agente Fiduciário, tão depressa



quanto possível, as informações adicionais que este possa solicitar sobre a falta de cumprimento em causa, incluindo quanto a medidas tomadas ou a tomar pela Interviente Garantidora com o fim de sanar a falta de cumprimento em questão;

(iv) caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações decorrentes desta Emissão, quaisquer informações razoáveis que o Agente Fiduciário solicitar, necessárias ao cumprimento, por parte da Interviente Garantidora, das suas obrigações estabelecidas na Cláusula 4.9 desta Escritura, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da notificação enviada pelo Agente Fiduciário;

(v) sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário e em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da notificação enviada pelo Agente Fiduciário, enviar memória de cálculo para a verificação do atendimento do Índice Financeiro constante da Cláusula 5.3.1 (dd) desta Escritura;

(vi) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias a assinatura desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas; e

(vii) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas, inclusive as constantes da Legislação Socioambiental (conforme definido abaixo), e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais, no que for aplicável ao exercício de suas atividades, cujo descumprimento possa afetar negativamente a capacidade operacional, reputacional ou financeira da Interviente Garantidora, ressalvadas as determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais contra as quais a Interviente Garantidora contestar de boa-fé a aplicabilidade.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário desta Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

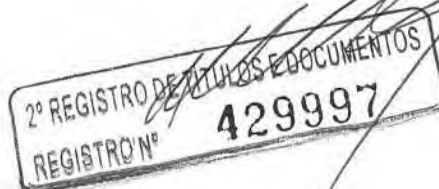
7.1.1. O Agente Fiduciário declara:

(i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28;

(ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

(iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;

(iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;



(v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;

(vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;

(viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;

(x) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto; e

(xi) na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, para os fins do disposto na alínea K, inciso XVII, artigo 12 da Instrução CVM 28, atuou como agente fiduciário nas seguintes emissões: : (i) 2ª (segunda) emissão pública de debêntures simples, da espécie quirografária da Emissora com vencimento em 13 de outubro de 2019, no volume total de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões), na data de emissão. Foram emitidas 500 (quinhentas) debêntures. Até a presente data, não ocorreram eventos de resgate, amortização, repactuação e inadimplemento das debêntures da Emissora; e na (ii) 8ª (oitava) emissão pública de debêntures simples, da espécie quirografária da Interviente Garantidora com vencimento em 15 de dezembro de 2018, no volume total de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões), na data de emissão. Foram emitidas 40.000 (quinhentas) debêntures. Até a presente data, não ocorreram eventos de resgate, amortização, repactuação e inadimplemento das debêntures da Interviente Garantidora.

7.2. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.



7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar a convocação.

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCEB, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;



(v) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

(vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça e às expensas desta, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

(vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;

(ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;

(x) solicitar, quando considerar necessário, de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;

(xi) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.8.1 acima;

(xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(xiii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

(a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

(b) alterações estatutárias ocorridas no período;

(c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

(d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;



- (e) amortização do Valor Nominal Unitário, pagamento e repactuação, se o caso, dos Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
 - (k) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário.
- (xiv) colocar o relatório de que trata o item (xiii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório;
 - (c) na CVM;
 - (d) na CETIP; e
 - (e) na sede do Coordenador Líder.
- (xv) publicar, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas de que o relatório de que trata o item (xiii) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xiv) acima;
- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas



pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;

(xvii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;

(xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais, sendo certo que comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;

(xix) disponibilizar, aos Debenturistas, à Emissora e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*, o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser realizado pela Emissora; e

(xx) em até 2 (dois) dias úteis contados da solicitação da Emissora nesse sentido, nos termos do item (xxii) da Cláusula 6.1 acima, comunicar o Poder Concedente, por meio de carta, informando sobre o descumprimento de qualquer obrigação da Emissora, nos termos da presente Escritura, que possa ocasionar a execução de garantias ou a assunção do controle pelos Debenturistas, se aplicável, sendo certo que tal comunicação será destinada ao contato do Poder Concedente que for informado pela Emissora, nos termos do item (xxii) da Cláusula 6.1 acima.

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

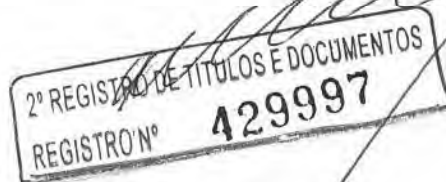
(i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;

(ii) requerer a falência da Emissora;

(iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e

(iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) e observado o quórum estabelecido na Cláusula 5.3.1.2, esta assim o autorizar.



7.7. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, parcelas anuais de R\$12.000,00 (doze mil reais), pela Emissora, sendo a parcela devida no 5º (quinto) dia útil contado da data de celebração desta Escritura e as demais nos mesmos dias dos anos subsequentes. As parcelas anuais serão devidas até a liquidação integral das debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento.

7.7.1. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

7.7.2. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.7 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata die*.

7.7.3. Os valores serão acrescidos dos seguintes tributos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); (iv) CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro); (v) IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte); e (vi) quaisquer outros que venham a incidir sobre a referida remuneração, nas alíquotas vigentes, nas respectivas datas de pagamento.

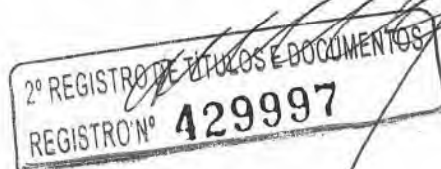
7.7.4. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição.

7.7.5. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta por período superior a 30 (trinta) dias contados da data em que tal remuneração é devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento.

7.7.6. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando a alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

7.7.7. A remuneração prevista nas Cláusulas acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou na Escritura, como configuradores de vencimento antecipado.

7.7.8. A remuneração descrita na Cláusula 7.7 acima será devida mesmo após a Data de Vencimento caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora.



7.7.9. No caso de inadimplemento no pagamento das debêntures ou de reestruturação das condições das debêntures após a emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, antes ou depois da Emissão, bem como atendimento às solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como à: (i) comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar; (ii) execução das garantias, (iii) participação em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das debêntures os eventos relacionados a alteração: (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das debêntures não são considerados reestruturação.

7.8. No caso de celebração de aditamentos a esta Escritura, bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.

7.9. A remuneração do Agente Fiduciário não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício de nossa função, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

7.10. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser pagas pela Emissora e, se esta não o fizer, serão arcadas pelos Debenturistas e posteriormente ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos.

7.11. Fica facultada a revisão dos honorários da presente proposta no caso de eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário, ou no caso de alteração nas características da emissão

7.12. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas representando 80% (oitenta



por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) especialmente convocada para esse fim.

7.13. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada, desta Escritura e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável e/ou desta Escritura.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.2. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

8.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8. Exceto se disposto de forma diversa nesta Escritura, quaisquer deliberações, incluindo de alteração nas cláusulas ou condições aqui previstas, serão tomadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.



8.9. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, tal como prevista na Cláusula 5.3.1.2, e a alteração das cláusulas ou condições de vencimento antecipado das Debêntures, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

8.10. As alterações de prazos, valor e forma das Debêntures, a redução da sua remuneração, bem como a amortização e/ou resgate (além do previsto nesta Escritura) dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

8.11. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto.

8.12. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quorums* e termos estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA INTERVENIENTE GARANTIDORA

9.1. A Emissora e a Interveniante Garantidora declaram e garantem, neste ato, que:

(a) a Emissora e a Interveniante Garantidora estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as autorizações societárias e/ou regulatórias necessárias à assinatura da presente Escritura, ao cumprimento de todas as suas respectivas obrigações previstas e à emissão das Debêntures, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;

(b) os representantes legais da Emissora e da Interveniante Garantidora que assinam esta Escritura têm, na Data de Emissão, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora ou da Interveniante Garantidora, conforme aplicável, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

(c) a presente Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Emissora e da Interveniante Garantidora, exequíveis de acordo com seus termos e condições;

(d) a celebração desta Escritura, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam:

- (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora e/ou a Interveniante Garantidora seja(m) parte(s) ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades sejam vinculadas, nem irá resultar em: (aa) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (bb) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, da Interveniante Garantidora e/ou de qualquer de suas subsidiárias e/ou controladas; ou (cc) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora, a Interveniante Garantidora e/ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer



ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora, a Interviente Garantidora e/ou quaisquer de seus bens e propriedades;

(e) na presente data, estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura e não ocorreu e não está em curso qualquer Evento de Inadimplimento;

(f) na presente data, exceto conforme informado nas suas demonstrações financeiras, desconhece a existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental com relação ao qual seja razoavelmente esperado um impacto substancial e adverso à Emissora e/ou à Interviente Garantidora;

(g) têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da dos Juros Remuneratórios foi estabelecida por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio de boa-fé;

(h) na presente data, respeita e está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, Municipais, Estaduais e Federais, aplicáveis à condução de seus negócios, cujo descumprimento possa afetar negativamente a capacidade operacional, reputacional e/ou financeira da Emissora, inclusive com relação ao disposto na legislação e regulamentação relacionada a saúde e segurança ocupacional, ao meio ambiente, bem como declara que suas atividades não incentivam mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga de escravo ou de qualquer forma infringem direitos silvícolas, em especial, mas não se limitando, ao direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente ("Legislação Socioambiental"), adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, de forma que: (i) não utiliza, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil; (ii) os trabalhadores são devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; (iii) cumpre as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor; (iv) detém, válidas e eficazes, todas as permissões, licenças, autorizações e aprovações necessárias para a regular implantação do Projeto e exercício de suas atividades, em conformidade com a legislação ambiental aplicável; (v) possui todos os registros necessários para a regular implantação do Projeto e exercício de suas atividades, em conformidade com a legislação civil e ambiental aplicável; (vi) cumpre as condicionantes ambientais constantes das licenças ambientais do Projeto e estão em situação regular com suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente;

(i) a Emissora declara que a utilização dos valores objeto desta Escritura não implicará na violação da Legislação Socioambiental;

(j) todas as informações escritas, fornecidas até a Data de Emissão pela Emissora aos Debenturistas, para fins da ou em relação à presente Escritura, inclusive suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios financeiros encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, não contêm qualquer informação falsa ou



enganosa em qualquer aspecto relevante ou deixam de informar qualquer fato relevante necessário para fazer com que as informações nela contidas, em vista das circunstâncias em que foram prestadas, não sejam enganosas, estando entendido, para fins desta alínea, que projeções quanto a acontecimentos futuros não devem ser consideradas declarações de fato. Desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios e que seja relevante para a Emissora;

(k) na presente data, as informações prestadas e fornecidas pela Emissora aos Debenturistas são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(l) a Emissora agiu de maneira lícita e em observância às normas de probidade administrativa e anticorrupção em vigor à época quando da sua atuação: (i) no processo licitatório de concorrência promovida pelo Governo do Estado da Bahia, nos termos do Edital nº 01/2013, culminando com a celebração do Contrato de Concessão; e (ii) na obtenção de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;

(m) cumpre e faz cumprir, bem como a Interveniente Garantidora e seus administradores e funcionários, no exercício de suas atividades, cumprem as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, na medida em que: (i) mantém políticas e procedimentos internos que visam assegurar o integral cumprimento de tais normas; (ii) dá pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Emissora, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura; (iii) abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não. Caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicará imediatamente o Agente Fiduciário, que poderá tomar todas as providências que os Debenturistas entenderem necessárias. Por fim, a Emissora declara que realizará eventuais pagamentos devidos exclusivamente por meio de transferência bancária ou cheque;

(n) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;

(o) na presente data, a Emissora possui justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por ela detidos, que não sejam bens e/ou direitos reversíveis nos termos do Contrato de Concessão;

(p) mantém os seus bens adequadamente segurados, conforme razoavelmente esperado e de acordo com as práticas correntes de mercado e as práticas usualmente adotadas pela Emissora;



(q) na presente data, inexistiu descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral, em qualquer dos casos, visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar qualquer das obrigações decorrentes das Debêntures;

(r) até a presente data, preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o seu conhecimento devem ser apresentadas, ou recebeu dilação dos prazos para apresentação destas declarações, sendo certo que todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais necessários para a condução dos seus negócios, devidos de qualquer forma por si, ou por suas controladas, ou, ainda, impostas a si ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto em relação àquelas matérias que estejam sendo, de boa-fé, discutidas judicial ou administrativamente pela Emissora; e

(s) a Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos (exceto lucros cessantes), perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios arbitrados judicialmente) diretamente incorridos e comprovados, por decisão definitiva transitada em julgado pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das declarações prestadas por ela e/ou pela Fiadora (conforme o caso).

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

Companhia do Metrô da Bahia

Avenida Professor Magalhães Neto, nº 1.752, 16º e 17º andares, Edifício Lena Empresarial, Bairro Pituba

Salvador, BA

CEP 41.810-012

At.: Sr. Sami Farah Junior (Diretor Financeiro) / Sra. Ana Paula de Syllos Braga (Financeiro)

Telefone: (71) 3205-0730 / (71) 3205-1110

e-mail: sami.farah@grupoccr.com.br / anapaula.syllos@grupoccr.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro, RJ

CEP 22.640-100

At.: Antonio Amaro e Maria Carolina Vieira Abrantes

Telefone: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

e-mail: antonio.amaro@oliveiratrust.com.br; e ger2.agente@oliveiratrust.com.br



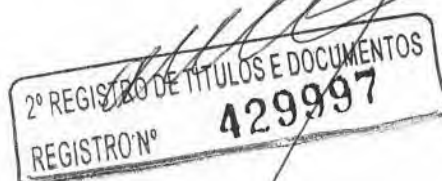
- (iii) Para a Interveniente Garantidora:
CCR S.A.
Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 5º andar, Vila Olímpia
São Paulo, SP
CEP 04.551-065
At.: Sr. Arthur Piotto (Diretor Financeiro e de Relações com Investidores)
Telefone: (11) 3048-5925
Fax: (11) 3048-6379
e-mail: diretoria.financeira@grupoccr.com.br
- (iv) Para o Banco Liquidante e Escriturador:
BANCO BRADESCO S.A.
Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara
Osasco/SP
CEP: 06029-900
At.: Srs. João Batista de Souza / Fabio da Cruz Tomo
Telefone: (11) 3684-7911 / 3684-2852
Fax: (11) 3684-5645
e-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.custodiartf@bradesco.com.br / 4010.tomo@bradesco.com.br
- (v) Para a CETIP:
CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar
São Paulo, SP
CEP 01452-001
At.: Superintendência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3115-1564
e-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

10.1.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

10.1.2. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais Partes.

10.2. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "dia útil" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente "dia útil" será qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado



nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "dia útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

10.3. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.4. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e III do artigo 784 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

10.7. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.8. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 04 de maio de 2016.

(Restante da página intencionalmente deixado em branco. Seguem as páginas de assinatura.)

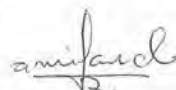


(Página de assinaturas 1/4 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Companhia do Metrô da Bahia)

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA



Nome: Luís Augusto Valença de Oliveira
Cargo: Presidente



Nome: Sami Farah Junior
Cargo: Diretor



(Página de assinaturas 2/4 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Companhia do Metrô da Bahia)

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome:

Cargo:

Fernando Nunes Luis
Procurador

Nome:

Cargo:

Leonardo Caires P. Moreira
Procurador

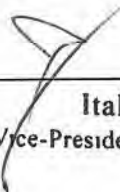
2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO Nº 429997

(Página de assinaturas 3/4 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Companhia do Metrô da Bahia)

CCR S.A.



Nome: Antonio Linhares da Cunha
Cargo: Diretor de Desenvolvimento Empresarial



Nome: Italo Roppa
Cargo: Diretor Vice-Presidente de Gestão de Negócios



(Página de assinaturas 4/4 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Companhia do Metrô da Bahia)

TESTEMUNHAS:

1. CELIANE DA SILVA CONCEIÇÃO 2. JUSSARA ALVES AMARAL
Nome: CELIANE DA SILVA CONCEIÇÃO Nome: JUSSARA ALVES AMARAL
RG: 04524848-63 RG: 38.090.125-0

2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO Nº 429997

CARTÓRIO SANTOS SILVA
2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - SALVADOR-BA
Av. Tancredo Neves, 1195 - Edif. Catubos Center - 1º andar - Caminho das Árvoreas - CEP: 41820-020 - Tel.: (71) 3038-3000

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1566 AB060176-0
QX00498FEA
Consulte: www.tjba.jus.br/autenticidade

Protocolo: 64442
Registro: 429997

O QUE CERTIFICO
SALVADOR - BA 09/05/2016
Custas: Emol R\$9.618,57 Taxa Fiscal: R\$5.194,00
Total: R\$14.812,58
DAJE: 039827 Série: 002 Emissor: 1566

Maria Luiza dos Santos Silva Abbehusen - Oficial
Jamilé Jobard Silva - Substituta